

TJMG

I N F O R M A T I V O

TJMG comemora 25 anos de memória

Guardada entre as paredes do centenário Palácio da Justiça Rodrigues Campos, a Memória do Judiciário Mineiro completa 25 anos de existência. O museu tem como objetivo preservar a história, colhendo, registrando e divulgando fatos, objetos e documentos relevantes para a Justiça do Estado.

Publicação da Secretaria do Tribunal
de Justiça do Estado de Minas Gerais

BH - DEZEMBRO - 2013
ANO 19 - NÚMERO 189

Páginas 4 e 5



História preservada

Esta edição do *TJMG Informativo* traz em suas páginas centrais matéria sobre o museu Memória do Judiciário Mineiro (Mejud), que completou 25 anos em novembro. Situado no Palácio da Justiça, ele reúne objetos, documentos, fotografias e obras de arte importantes para a preservação da história da Justiça no Estado. Segundo o superintendente da Mejud, desembargador Lúcio Urbano, a Memória tem também o papel de lembrar os magistrados e os servidores que, ao longo do tempo, destacaram-se na prestação jurisdicional em Minas Gerais.

Veja também matéria sobre a grande novidade do Tribunal neste final de ano. Em 9 de dezembro, crianças do coral infantojuvenil do TJMG encantaram o público

interpretando cantigas de Natal das janelas do Palácio da Justiça. E conheça a história da creche Nutris e do Núcleo Arte e Cultura, entidades que prestam assistência a crianças e adolescentes e são mantidas por magistrados e servidores. Braços sociais da Justiça mineira, essas instituições lutam para sobreviver com poucos recursos financeiros.

O *TJMG Informativo* deste mês traz ainda entrevista com a psicóloga judicial Marli Martins de Assis e matéria sobre a exposição de pinturas do artista plástico Luiz César Antunes, que pode ser visitada até 10 de janeiro, no Fórum Lafayette.

Boa Leitura!

Presidente do TJMG assume, interinamente, governo de Minas

Renata Caldeira



O presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), desembargador Joaquim Herculano Rodrigues, assumiu interinamente o governo do Estado no último dia 20 de novembro, em cerimônia simbólica no Palácio Tiradentes, em Belo Horizonte. O ato de transferência foi conduzido pelo vice-governador Alberto Pinto Coelho. O desembargador Herculano Rodrigues assumiu o exercício do cargo de governador conforme prevê o artigo 87 da Constituição Mineira, já que o governador Antonio Anastasia, o vice-governador Alberto Pinto Coelho e o presidente da Assembleia, Dinis Pinheiro, estiveram fora do país pelo período de quatro dias. O Governador Antônio Anastasia voltou ao cargo em 24 de novembro.

Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Presidente:

Desembargador Herculano Rodrigues

1º Vice-Presidente:

Desembargador Almeida Melo

2º Vice-Presidente:

Desembargador José Antonino Baía Borges

3º Vice-Presidente:

Desembargador Manuel Saramago

Corregedor-Geral:

Desembargador Audebert Delage

Ouidor:

Desembargador Doorgal Andrada

Expediente

Assessora de Comunicação Institucional:

Valéria Valle Vianna

Gerente de Imprensa:

Wilson Menezes

Coordenadora de Imprensa:

Letícia Lima

Editores:

Lucas Loyola e Patrícia Melillo

Revisora:

Patrícia Limongi

Design Gráfico:

Narla Prudêncio

Fotolito e Impressão:

Globalprint

Editora Gráfica Ltda

Ascom TJMG:

Rua Goiás, 253 – Térreo – Centro,

Belo Horizonte/MG

CEP 30190-030

Tel.: (31) 3237-6551

Fax: (31) 3226-2715

E-mail: ascom@tjmg.jus.br

Ascom TJMG/Unidade Raja Gabaglia:

(31) 3299-4622

Ascom Fórum BH:

(31) 3330-2123

Tiragem:

3 mil exemplares

Portal TJMG:

4ª Câmara Criminal tem novo desembargador substituto

O 1º vice-presidente do TJMG, desembargador Almeida Melo (centro), representando o presidente Herculano Rodrigues, empossou em 18 de novembro o juiz Amauri Pinto Ferreira (direita), da 4ª Vara de Família de Belo Horizonte, como desembargador substituto da 4ª Câmara Criminal do TJMG. O magistrado foi convocado pelo presidente do TJMG para ocupar a vaga do desembargador Herbert Carneiro (esquerda), que está afastado das funções de seu cargo, desde janeiro deste ano, pelo período de três anos, para atender as atribuições de presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis).



Creche busca apoio para manter atendimento a crianças

Daniele Hostalácio

“Criança toca nosso coração e precisa de cuidado, mas o que não se conhece, não se ama. É importante ver de perto, *in loco*, a relevância do trabalho social realizado ali. Por isso, faço um convite aos magistrados: visitem essas instituições, pois sem apoio, nada prospera.” As palavras da juíza aposentada Teresinha Dupin Lustosa se referem ao Núcleo de Trabalho e Integração Social (Nutris) e ao Núcleo Arte e Cultura (NAC). Braços sociais da Justiça mineira, as instituições lutam para sobreviver com poucos recursos financeiros.

Vice-presidente voluntária da entidade, a magistrada lembra que o Nutris começou pelas mãos de Lucinda Alvarez de Oliveira, viúva do desembargador José Oswaldo de Oliveira Leite. Foi ela quem fundou a creche, com o apoio de magistrados, no bairro Mariano de Abreu, em Belo Horizonte. As crianças ali se encontravam em situação de vulnerabilidade social e, com o objetivo de oferecer a elas o cuidado de que necessitavam, nasceu o Nutris, em 1986.

Hoje, a creche atende a 92 crianças com até 6 anos de idade, oferecendo a elas ensino pré-escolar, alimentação, atividades psicopedagógicas e assistência preventiva à saúde. Até 2005, essas crianças, ao completarem 6 anos, desvinculavam-se da instituição. Foi aí que surgiu o NAC, para dar continuidade ao trabalho de assistência. O espaço atende atualmente a 90 menores, de 6 a 16 anos, no período do dia em que não estão na escola regular.

Os dois espaços, no entanto, vivem um momento crucial. “O Nutris, por meio de convênio com o município, recebe um repasse mensal de R\$ 22.063 da Prefeitura. Mas, só com a folha de pagamento, suas despesas são de R\$ 23 mil”, revela José Carlos Alves, tesoureiro voluntário das instituições e servidor do TJMG.

Braços sociais da Justiça mineira, o Nutris e o NAC lutam para sobreviver com poucos recursos financeiros

“Com poucos recursos, ficamos de mãos atadas. Precisamos de mais educadores, de salas de informática, de equipamentos. Temos espaço para ampliar as instalações e assim poder receber mais crianças, mas não temos dinheiro, pois trabalhamos no *deficit*”, lamenta. Hoje, há 104 crianças aguardando a chance de poderem ser atendidas ali.

As contas no NAC também não fecham. Com nove funcionários, os gastos da folha de pagamento

da instituição atingem R\$ 9.200 por mês, enquanto o repasse mensal da Prefeitura e do Estado é de R\$ 8 mil. “As duas instituições têm conseguido sobreviver graças à contribuição de magistrados e servidores do TJMG, por meio de doações descontadas diretamente na folha de pagamento”, explica José Carlos.

A realidade das instituições poderia ser diferente, não fosse o número de doações tão abaixo do desejado. “Dos cerca de mil magistrados da ativa, somente 167 contribuem com o Nutris e o NAC. Entre os aposentados, são apenas 110 colaboradores; entre os pensionistas, 29; e entre os servidores, apenas 10”, conta o tesoureiro.

O trabalho desenvolvido ali, no entanto, é de grande relevância para a comunidade, como reitera a presidente voluntária do Nutris e do NAC, a juíza aposentada Nilza de Castro Biber Sampaio. “As mães trabalham fora e não teriam com quem deixar as crianças, que, se não fossem essas duas instituições, poderiam estar nas ruas”, observa.

O caminho para ampliar as doações, acredita a vice-presidente Teresinha, está numa medida simples. “Bastaria os magistrados gastarem um pouco do tempo de que dispõem para conhecer de perto o Nutris e o NAC. Se os conhecessem, estou certa de que se sentiriam gratificados de contribuir para com eles”, avalia. O desejo da magistrada é que o sonho que possibilitou o surgimento dos dois espaços não morra.

Wagner Antonio



O Nutris oferece ensino pré-escolar, alimentação, atividades psicopedagógicas e assistência à saúde a crianças com até 6 anos de idade que se encontram em situação de vulnerabilidade social



■ A solenidade de comemoração dos 25 anos da Memória do Judiciário Mineiro, em novembro, foi marcada pela entrega de medalhas a autoridades, magistrados, servidores e ex-servidores do TJMG

Museu do Judiciário mineiro completa 25 anos

Daniela Souza

A Memória do Judiciário Mineiro (Mejud) está guardada entre as paredes do centenário Palácio da Justiça Rodrigues Campos, desde 1988. O palácio é peça e abrigo da Mejud, que foi criada há 25 anos com o intuito de preservar a história, colhendo, registrando e divulgando fatos, objetos e documentos relevantes para o Judiciário.

A reunião de objetos históricos encontrados nos porões do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), que em seu início ocupava apenas uma sala no Palácio da Justiça, tomou forma na criação da Mejud, que cuida da conservação e da divulgação das memórias do Judiciário, promovendo um encontro entre o passado do TJMG e o público.

De acordo com o desembargador Lúcio Urbano, superintendente da Mejud, a Memória do Judiciário Mineiro foi instituída com o objetivo de manter a história do Tribunal de Justiça de Minas, mostrar o que aconteceu no passado e o que hoje constitui o Tribunal. “É papel dela também lembrar os grandes magistrados e servidores que por aqui passaram e o serviço prestado ao público”, diz o magistrado.

Sempre Memória

A Memória não se limita ao palácio. No Projeto Sempre Memória estão organizadas diversas ações pensadas para alcançar a sociedade em vários níveis. Um exemplo são as Notas Históricas e as

Notas Biográficas, produzidas pela equipe da Mejud e publicadas na Revista Jurisprudência Mineira. Os ensaios publicados na revista estão reunidos em um livro, que ganhou, este ano, uma segunda edição.

O Projeto Sempre Memória é uma iniciativa que busca levar a Mejud ao encontro da comunidade. Ele inclui publicações científicas, pesquisas, visitas de estudantes ao Palácio da Justiça, participação e organização de seminários em parceria com instituições de ensino, cultura e pesquisa, além de exposições diversificadas.

Através de suas parcerias, por exemplo, com o Grupo de Pesquisa e Estudos em Museologia – Arte e Estética na Tecnologia e com a Escola de Ciência



da Informação, da UFMG, são realizadas palestras, fóruns, exposições e visitas. Além disso, as pesquisas e encontros realizados resultam em publicações e na produção de conteúdo acadêmico acerca do acervo.

Este ano, uma nova parceria foi celebrada com o Arquivo Público Mineiro (APM). Essa união visa ampliar e facilitar a pesquisa sobre a construção da história da Justiça estadual, por meio da microfilmagem e da digitalização de diversos conjuntos documentais. Esses trabalhos serão realizados nas dependências do APM. A cópia de qualidade dos arquivos possibilitará que a Memória do Judiciário realize, no próprio TJMG, pesquisas sobre as antigas comarcas e o Palácio da Justiça.

As reproduções contemplarão uma coleção de documentos referente à administração da Justiça em Minas Gerais, nos períodos colonial, imperial e no começo da República, como as atas de instalação de municípios, comarcas e distritos do Estado.

Acervo

O acervo do Museu da Memória do Judiciário Mineiro iniciou-se com peças encontradas no próprio Palácio da Justiça, como documentos, obras de arte e processos históricos. Posteriormente, o projeto de reunião desses objetos históricos recebeu a colaboração das demais comarcas mineiras, que enviaram para a Mejud peças peculiares, como a carta de alfor-

ria de Xica da Silva, o inventário dos bens da lendária Dona Beja, a condenação de Tiradentes e o caso dos irmãos Naves – considerado um dos maiores erros judiciários brasileiros. Além dos documentos, o museu também recebeu móveis e instrumentos relacionados à história da Justiça mineira, como as curiosas escarradeiras, urnas de madeira – usadas em audiências – e estatuetas da deusa Thêmis, que representa a Justiça.



A página virtual será um passo importante para abrir as portas do museu para o mundo



A coleção cresce a cada dia, já que a história do Judiciário está em progresso. Da mais nova reunião de livros surgiu uma biblioteca de obras raras, que reúne exemplares literários e jurídicos de mais

de cem juizes mineiros. A biblioteca com mais de 300 obras escritas por magistrados ficará no gabinete da Superintendência da Memória do Judiciário, por enquanto, fechada ao público externo.

Em busca de expandir sua interação com a sociedade, o museu apresenta outra novidade. A partir de 2014, ele poderá ser visitado numa plataforma *online*, é o que conta Andrea da Costa Val, assessora da Memória do Judiciário Mineiro. Segundo a assessora, o museu virtual permitirá a visualização das locações em três dimensões e das obras, que serão fotografadas. “A página virtual será um passo importante para abrir as portas do museu para o mundo, permitindo a visitação a partir de qualquer lugar”, destaca Andrea.

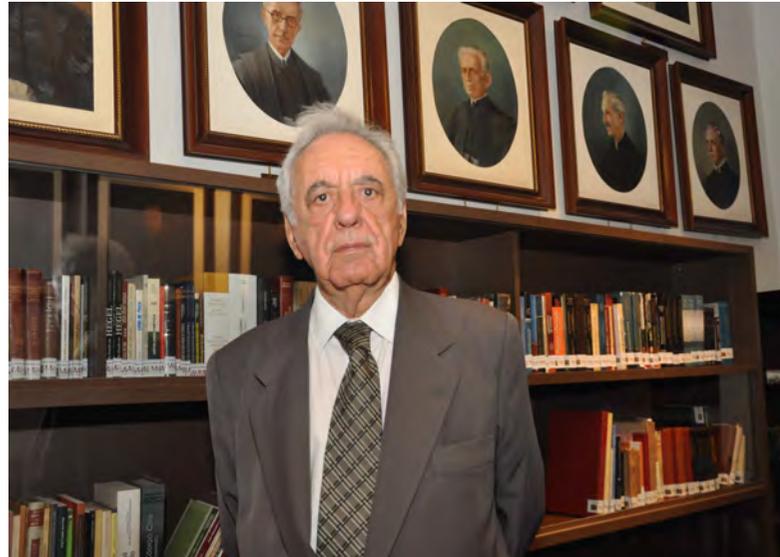
Comemoração

A solenidade de comemoração dos 25 anos da Memória do Judiciário Mineiro, em novembro, foi marcada pela entrega de medalhas a autoridades, magistrados, servidores e ex-servidores do TJMG. Também foi inaugurada a placa com os nomes dos nove desembargadores mineiros que ascenderam ao Supremo Tribunal Federal e o retrato do juiz José Júlio de Freitas Coutinho, homenageado pela iniciativa de idealizar, em 1936, a entidade de classe nacional que congregava todos os juizes brasileiros e que se tornou a Associação dos Magistrados Brasileiros.

Fotos: Marcelo Albert



Inauguração do retrato do juiz José Júlio de Freitas Coutinho na comemoração de 25 anos da Mejud



O desembargador Lúcio Urbano é o superintendente do museu Memória do Judiciário Mineiro

Desdobrando-se pelos direitos da família

Manuela Ribeiro

Servidora desde 1994, Marli Martins de Assis é graduada em psicologia e direito pela Universidade de Uberaba e tem formação em psicoterapia psicanalítica pela Universidade de São Paulo e em mediação interdisciplinar familiar pelo Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFam), cujo núcleo em Uberaba ela preside. Mediadora e instrutora regional da Ejef, foi professora em cursos de psicologia e direito. No tempo livre, curtir cinema, particularmente o europeu, viagens, literatura, psicanálise, direito e filosofia ou uma boa conversa com amigos.

Quais são os desafios para um psicólogo judicial hoje?

Os cursos não têm profissionais competentes e experientes para preparar para o mercado nessa área e, nos concursos e na inserção prática, cargos são ocupados por profissionais sem capacitação para atuação no Judiciário. Deparamos com intervenções sem fundamentação teórica que pouco contribuem para subsidiar decisões judiciais. Porém, trata-se de uma prática profissional complexa. Lidamos com conflitos em diversas modalidades e interfaces, no âmbito familiar, em relações sociais extensas, com usuários e arranjos distintos. As situações se apresentam em procedimentos criminais, de família ou da Infância e da Juventude. Os temas acompanham as mudanças sociais e a diversidade de relacionamentos na contemporaneidade, mas a demanda processual crescente supera a competência técnica, em função do reduzido número de profissionais em todos os tribunais.

A psicologia e a psicanálise podem auxiliar o operador do direito?

São áreas distintas que interagem e se complementam, pois nenhuma ciência se sustenta por si só. Interessam ao direito as escolhas que norteiam o comportamento humano, cujos fundamentos são estudados na psicologia. Já a psicologia judicial se funda em disposições legais e regulamentos procedimentais. A psicanálise empresta ao direito pressupostos e conceitos em dimensão mais complexa que a psicologia; são constructos embasados na observação e na análise do essencialmente humano, o sujeito e suas circunstâncias. Parafraseando os que se apoiam nessa referência, o sujeito de direitos é, antes, um sujeito de desejos.

Como as famílias podem lidar com as transformações contemporâneas?

Não creio que a família, enquanto instituição, esteja fadada ao desaparecimento. Modificaram-se os arranjos familiares e isso requer leituras contextualizadas; um novo paradigma não se completa

até que seu sucessor se consolide. Não podemos estabelecer leituras da família contemporânea formatadas no modelo nuclear e monogâmico que preenchia os interesses de uma dada época.

”

Lidamos com conflitos em diversas modalidades e interfaces, no âmbito familiar, em relações sociais extensas, com usuários e arranjos distintos

“

A psicanálise concebe diferentes formas vinculadas, representativas de uniões por desejo e opção. O direito deu visibilidade a outros modelos de união ou formação de família, mediante dispositivos legais. Portanto, estamos no paradigma da inclusão. Houve avanços relevantes, necessários e promisso-

res quanto à concessão e à proteção e legitimação de direitos em vista de transformações nas relações e na formação de vínculos. Novos dispositivos legais são implementados: guarda compartilhada, alienação parental, alimentos gravídicos, combate à violência no âmbito das relações domésticas e familiares, uniões e adoções por homoafetivos. O direito de família acompanha a vida e assim deve ser, mesmo que nem todas as alterações e dispositivos legais tenham somente aspectos favoráveis. São conquistas em direitos, sem retrocesso.

Quais são as prioridades e os objetivos de sua gestão no IBDFam?

A prioridade é desenvolver eventos jurídicos vinculados ao que o instituto faz na esfera nacional: mesas de discussão e debates interdisciplinares com profissionais de renome em suas áreas de atuação, envolvendo distintos campos do conhecimento, mas centrados nos temas mais atuais e polêmicos do direito de família. Também pretendemos trazer uma programação jurídico-cultural que promova maior integração com a literatura e os meios de comunicação. Outra proposta é buscar parcerias com a OAB e as instituições de ensino locais, no sentido de divulgar os eventos do núcleo de Uberaba, objetivando maior adesão dos discentes, docentes e operadores do direito.



Divulgação: Marise Romano

■ A psicóloga judicial Marli Assis ressalta a necessidade de os estudantes se capacitarem para sua prática profissional



Iniciativa da Coordenadoria da Infância e da Juventude (Coinj) do TJMG, o coral infantojuvenil é formado por 23 jovens de 9 a 12 anos, moradores do aglomerado Santa Lúcia, o Morro do Papagaio

Crianças cantam esperança

Letícia Lima

Rostos envergonhados, mas sempre alegres. Essa imagem, vista durante as apresentações das crianças do Coral Infantojuvenil do Tribunal de Justiça, se repetiu em 17 de dezembro, quando elas cantaram no auditório do Anexo I. O espetáculo contou também com concerto da Orquestra Jovem do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG).

Perguntadas sobre como se sentiam cantando para muita gente, as crianças do coral fizeram relatos diferentes. Letícia Montiel falou da vergonha e do medo de errar. Já Juliana de Oliveira descreveu o sentimento de alegria, compartilhado também por Júlia Emanuele. Ana Carolina Souza acrescentou o “prazer, a emoção e o orgulho” do momento.

Orgulho é o que sente também o desembargador Wagner Wilson, superintendente da Coordenadoria da Infância e da Juventude (Coinj) ao ver o caminho que esses jovens estão seguindo: “Fico

emocionado ao ver o resultado desse esforço. A autoestima deles está mais alta. Houve uma melhora significativa no aspecto cognitivo”. O magistrado se diz feliz pelo TJ realizar ações na área social.

Para a jovem Laysla Chrystie, a apresentação traz um grande incentivo: “Tem mais gente conhecendo o coral e percebendo como a gente canta”. Lucas Felipe garante: “Tudo o que aprendi vou passar para os outros na hora de cantar”.

E o que é o Natal para eles? “Comemoração”; “Quando Jesus nasceu”; “Nascimento de Cristo”; “Quando as pessoas da família podem se juntar para comemorar”, responderam Cláudia Milena, Maria Eduarda, Alice Azevedo e, em conjunto, Camila Almeida e Érica Aparecida.

Iniciativa da Coordenadoria da Infância e da Juventude (Coinj) do TJMG, o Coral Infantojuvenil é formado por 23 jovens de 9 a 12 anos. Eles são moradores do aglomerado Santa Lúcia, o Morro do

Papagaio. O coral possui parcerias com as paróquias Nossa Senhora Rainha e Nossa Senhora do Morro, com o Instituto Ajudar, com o Centro de Voluntariado de Apoio ao Menor (Cevam), com a Escola Municipal Ulysses Guimarães e com o Conservatório de Música da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Quanto à orquestra, o desembargador Wagner Wilson diz que o objetivo do trabalho não é a formação de músicos profissionais, mas sim o de, por meio da arte, ampliar os horizontes desses jovens. “Queremos formar cidadãos, mas é evidente que muitos irão se tornar artistas”, conclui.

Turnê

Outro tipo de comemoração e mais cultura estão por vir. O reitor do Pontifício Colégio Pio Brasileiro, padre João Roque Rohr, convidou Coral e Orquestra do TJMG

a se apresentarem em terras estrangeiras. Em convite enviado ao desembargador Wagner Wilson, ele cumprimentou o Tribunal pelo trabalho desenvolvido com crianças e adolescentes. “Gostaria de felicitá-lo pela iniciativa de formar Coral e Orquestra com crianças e adolescentes dessa cidade, em situação de vulnerabilidade social. Esclareço que tomei conhecimento desse projeto por intermédio do padre Mauro Silva, da comunidade do Morro do Papagaio, e, tendo em vista a relevância dessa ação, quero convidar os meninos e as meninas do Coral e da Orquestra para se apresentarem no Salão Nobre do Pontifício Colégio Pio Brasileiro, na cidade de Roma, na Itália, em época oportuna”.

A viagem, que vai integrar a turnê “Justiça e paz se abraçarão”, deve ocorrer em outubro de 2014.

Fotógrafos do TJ expõem na Raja

Divulgação



De cima para baixo, fotos de Marcelo Albert, Renata Caldeira e Soraia Costa

Pode ser visitada até 3 de fevereiro de 2014, no saguão da Unidade Raja Gabaglia do TJMG, a exposição *Crime e Saúde Mental*. Realizada por fotógrafos da Assessoria de Comunicação (Ascom) do TJ, a exposição retrata o dia a dia de pessoas assistidas pelo Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário Portador de Sofrimento Mental (PAI-PJ). Essa é a primeira mostra de fotografias do projeto Imagens da Justiça, idealizado pela Ascom para divulgar as boas práticas do Judiciário de Minas. Composto por 18 fotos em grande formato, o trabalho foi exposto pela primeira vez em agosto deste ano, na Galeria de Arte do Fórum Lafayette, durante o 5º Seminário Judiciário para Comunicadores, que discutiu o mesmo tema.

Luiz César Antunes expõe pinturas na Galeria de Arte do Fórum

Túlio Travaglia

“A obra é um trabalho aberto e quem olha acaba compondo o quadro junto com aquele que o pintou.” Assim o artista plástico Luiz César Antunes fala sobre suas pinturas, que podem ser vistas na Galeria de Arte do Fórum Lafayette até 10 de janeiro de 2014. A exposição tem a curadoria de Nana D’Armond e é composta de 14 obras em acrílica sobre tela. O endereço da galeria é avenida Augusto de Lima, 1.549, Barro Preto, e o funcionamento é das 8h às 18h.

Luiz César Antunes diz que esse trabalho nasceu da ideia de revelar o branco, que traz, em si, todas as cores. “Trata-se de um fazer artístico abstrato racional e de profunda observação”, explica o artista, que, com suas cores fortes, pretende transmitir alegria, luz e vibração, conferindo a sua obra, segundo ele, uma dimensão de espiritualidade.

O artista conta que, no dia em que começou a pintar, percebeu a liberdade que a pintura lhe proporcionava. “Quem pinta tem liberdade de expressão. Se a pintura te limita, ela não vai ser verdadeiramente arte”, explica.

O artista plástico Sebastião Miguel tece comentários sobre as obras de Luiz César Antunes: “Suas pinturas são líricas e têm a qualidade de paisagens abstratas. Não é uma representação visual de qualquer paisagem específica”.

A galeria integra o Espaço Cultural Fórum Lafayette, coordenado pela Assessoria de Comunicação Institucional (Ascom) do Fórum Lafayette, com o apoio da Direção do Foro da comarca de Belo Horizonte.

Sobre o artista

Natural de Niterói, no Rio de Janeiro, o artista cursou teologia no Instituto Filo-Teológico Franciscano de Petrópolis (RJ) e é pós-graduado em artes pela Escola Guignard da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Luiz César Antunes é padre e responde pela paróquia Nossa Senhora das Graças, em Lagoa Santa (MG).



Com curadoria de Nana D’Armond, a exposição de Luiz César Antunes é composta de 14 obras

Ronaldo Alves